



Estudos Ibero-Americanos

ISSN: 0101-4064

eia@pucrs.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul
Brasil

Raimundo, Filipa

Ordens honoríficas e semipresidencialismo: a Ordem da Liberdade e os Presidentes da
República Portuguesa (1976-2017)

Estudos Ibero-Americanos, vol. 43, núm. 3, septiembre-diciembre, 2017, pp. 654-666

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=134653657017>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Ordens honoríficas e semipresidencialismo: a Ordem da Liberdade e os Presidentes da República Portuguesa (1976-2017)

Honorary orders and semi presidentialism: the Order of Freedom and the Presidents of the Portuguese Republic (1976-2017)

Órdenes honoríficas y semi-presidencialismo: la Orden de la Libertad y los Presidentes de la Republica Portuguesa (1976-2017)

Filipa Raimundo*

Resumo: Este artigo analisa a forma como os Presidentes da República Portuguesa (PR) têm usado o estatuto de grão-mestres da Ordem da Liberdade (OL), uma ordem honorífica criada com o fim da ditadura para homenagear quem lutou pela liberdade e pela democracia, com base nas 501 condecorações atribuídas entre 1977 e 2017. A pergunta a que o artigo se propõe responder é a seguinte: Será que a OL é usada pelos PR como recompensa política ou de forma meramente simbólica? Os resultados sugerem que a dimensão simbólica prevalece, mas a análise do perfil dos condecorados e dos mandatos presidenciais revela padrões que não permitem abandonar totalmente a hipótese da instrumentalização da ordem.

Palavras-chave: Ordens honoríficas; Memória; Semipresidencialismo; Portugal; Democracia.

Abstract: This article analyses the way in which the Presidents of the Portuguese Republic have been using the Order of Freedom, an honorific order created after the break down of the dictatorship to honor those who fought for freedom and democracy, based on the 501 decorations awarded between 1977 and July 2017. The question that this article asks is: Is the Order of Freedom used as a political reward or merely symbolically? The results show that the symbolic dimension prevails but the analysis of the profile of the decorated and of the presidential mandates reveals patterns that do not allow us to abandon the hypothesis of the instrumentalization of the order.

Keywords: Honorary orders; Memory; Semipresidentialism; Portugal; Democracy.

Resumen: Este artículo analiza la forma en que los Presidentes de la República Portuguesa usan La Orden de La Libertad (OL), un orden honorífico creado después del fin de la dictadura para homenajear a quienes lucharon por la libertad y la democracia basado en las 501 condecoraciones atribuidas entre 1977 y julio de 2017. La pregunta a la que se propone responder es la siguiente: ¿La OL es usada por los PR como recompensa política o de forma meramente simbólica? Los resultados muestran que la dimensión prevalece, pero el análisis del perfil de los condecorados y de los mandatos presidenciales revela patrones que no permiten abandonar totalmente la hipótesis de la instrumentalización del orden.

Palabras clave: Órdenes honoríficas; Memoria; Semipresidencialismo; Portugal; Democracia.

* Doutora em Ciências Políticas e Sociais pelo Instituto Universitário Europeu de Florença.

Introdução¹

Pode a atribuição de ordens honoríficas em contextos democráticos ter por objetivo obter ou recompensar apoio político prestado? Os estudos sobre a forma como os detentores de cargos públicos procuram obter ou recompensar apoio político usam indicadores como a distribuição de recursos e verbas estatais, a distribuição de cargos no setor público, ou a agenda parlamentar (PEREIRA e MUELLER, 2002; LIMONGI e FIGUEIREDO, 2005). A atribuição de ordens honoríficas não faz parte desses estudos e é habitualmente interpretada como um gesto meramente simbólico pelo facto de não ter valor material ou de, nalguns casos, este ser residual.

Contudo, estudos recentes têm vindo a sugerir que as ordens honoríficas e condecorações equivalentes são frequentemente atribuídas com intuítos mais do que simbólicos. Alguns autores mostram que este tipo de condecorações pode ser usado para tentar influenciar a opinião pública sobre temas que afetam a popularidade dos presidentes. Num estudo sobre a *Medalha de Honra*, uma condecoração atribuída pelos Presidentes norte-americanos por feitos militares relevantes, Walsh afirma que seria errado interpretá-la como um ‘prémio apolítico atribuído apenas para reconhecer atos simbólicos’ (WALSH, 2014, p. 1). Através de uma análise da relação entre as condecorações e os níveis de popularidade dos presidentes e os dias da semana em que as condecorações são atribuídas, o autor demonstra que a *Medalha de Honra* tem sido usada pelos Presidentes como “uma oportunidade para disseminar informação positiva sobre a guerra aos cidadãos menos sensibilizados, através dos meios de comunicação social mais vocacionados para o entretenimento, tal como os ‘talk-shows’ noturnos” (WALSH, 2014, p. 92).

Outros autores analisam a relação entre as condecorações e a procura de apoio político interestatal. Num estudo focado na *Ordem da Boa Esperança*, uma ordem Sul Africana instituída em 1973, Fourie argumenta que a lei que define a atribuição desta

ordem valoriza a “amizade intergovernamental, apoio diplomático e lealdade pessoal à África do Sul”, sugerindo tratar-se de um instrumento de angariação de apoio político (FOURIE, 2007, p.456) ainda que a intenção inicial fosse apenas retribuir um ato diplomático.

Outros estudos ainda mostram que o papel de grão-mestre de ordens honoríficas pode ser usado com o intuito de melhorar a imagem institucional dos Presidentes. Ihl (2002) argumenta que o Presidente da República Francesa encarou as celebrações do bicentenário da *Ordem Nacional da Legião de Honra*, criada por Napoleão em 1802, como uma oportunidade para “melhorar a imagem desgastada da instituição presidencial no âmbito da campanha eleitoral [de 2002] e para consolidar uma política de reconhecimento ligada à meritocracia republicana, que atravessava uma crise”, numa fase de forte crispação entre o Presidente e o Chefe de governo (IHL, 2002, p. 22).

O objetivo deste estudo é analisar em que medida é que, ao longo dos últimos 40 anos, a Ordem da Liberdade (OL), uma ordem honorífica criada em Portugal em 1976, vem sendo atribuída também como forma de angariar ou recompensar apoio político. A OL foi criada dois anos após o golpe dos capitães de 25 de abril de 1974, que pôs termo ao regime autoritário de António de Oliveira Salazar e Marcello Caetano, para homenagear a luta pela liberdade e pela democracia. Além do Presidente da República Portuguesa (PR) ser o grão-mestre das ordens honoríficas, o processo decisório está altamente centralizado na sua figura. Não obstante o facto de existir a figura dos Conselhos das Ordens (restituídos em 1986), na prática, as reuniões dos Conselhos, em que o PR não participa, centram-se acima de tudo na discussão do grau a conferir aos condecorados propostos pelo PR². Assim, o PR tem ao seu dispor uma ordem através da qual pode homenagear atos associados à liberdade e à democracia e simultaneamente recompensar o apoio político recebido no âmbito da sua eleição direta. Será que na prática é isso que sucede?

A pesquisa desenvolvida resulta de uma base de dados criada a partir das 501 condecorações atribuídas entre setembro de 1977 e julho de 2017. Dada a natureza dos dados recolhidos, este estudo permite fundamentalmente identificar alguns padrões relacionados com o perfil dos condecorados e o *timing* da atribuição das condecorações. As conclusões

¹ A autora agradece aos estudantes do curso de ciência política do ISCTE 2016/19 João Rodrigues, Paulo Couraceiro, João Barroso e Filipe Lima o importante contributo na recolha dos dados que tornaram esta pesquisa possível. Agradeço também ao General Ramalho Eanes, que me concedeu uma entrevista na qualidade de ex-Presidente da República e primeiro grão-mestre da Ordem da Liberdade. Um agradecimento é devido também a Amílcar Moreira, António Araújo, Carlos Gaspar, Manuel Villaverde Cabral e Orlando Raimundo, pela preciosa ajuda e troca de ideias ao longo da pesquisa.

² Manuel Villaverde Cabral, entrevista à autora, 7 de maio de 2017.

destacam algumas tendências relativamente à forma como os cinco presidentes utilizaram a OL ao longo dos seus mandatos, avançando com algumas pistas para investigação futura.

O artigo está organizado da seguinte forma: a próxima secção descreve as características principais do semipresidencialismo português e a forma como os cinco presidentes eleitos entre 1976 e 2017 exerceram os seus cargos presidenciais, atendendo ao contexto político dos seus mandatos e à sua trajetória política. Em seguida descreve-se a base de dados e algumas das opções metodológicas seguidas na pesquisa. Por fim, são apresentados os principais resultados e as conclusões que abrem pistas para pesquisas futuras.

O semipresidencialismo português e os Presidentes da República Portuguesa

Tal como nos casos das ordens e condecorações atribuídas em França, nos EUA ou na África do Sul, o Presidente da República Portuguesa (PR) é, por inerência de função, o grão-mestre de todas as ordens honoríficas portuguesas, incluindo a Ordem da Liberdade (OL)³. Este estatuto é lhe conferido no contexto de um cargo com poderes formais mais limitados do que nos casos dos EUA, da África do Sul, e mesmo da França, mas que ainda assim não é meramente representativo. Nos sistemas de governo de tipo semipresidencial, como o Português ou o Francês, o Presidente tem um “mandato fixo, eleito pelo voto popular” e “coexiste com um primeiro ministro e um governo responsáveis perante o parlamento” (ELGIE, 1999, p. 13). Contudo, o semipresidencialismo português é do tipo *premier-presidencial*, tendo o PRP menos poderes do que noutros sistemas semipresidenciais, como o Francês (FREIRE e PINTO, 2010)⁴.

Essa característica resultou da primeira revisão constitucional, ocorrida em 1982, que teve como principais consequências o afastamento dos militares

das instituições políticas, uma vez que estes tinham adquirido um considerável poder político desde o golpe de 25 de Abril de 1974, e a diminuição dos poderes presidenciais. Essa última alteração, juntamente com o surgimento da primeira maioria absoluta em 1985, levou mesmo a que alguns autores tivessem passado a caracterizar o sistema de governo como parlamentar, dado o reforço do poder do PM dentro do executivo. Contudo, outros autores afirmam que as mudanças verificadas refletiram uma maior governamentalização dos partidos e não tanto uma perda drástica dos poderes presidenciais (LOBO, 2005).

No sistema semipresidencial português, o PR tem à sua disposição alguns poderes legislativos (como o poder de veto e o poder de verificação da constitucionalidade) e poderes não legislativos (como o poder de nomear o PM, de demissão do governo, ou de dissolução do parlamento) (FREIRE e PINTO, 2010; LOBO, 2005). Para além desses poderes formais, há outras formas através das quais os presidentes podem influenciar as políticas, quer através da “guerrilha ou guerra aberta”, quer através da “intervenção moderadora, a prevenção de crises, os esforços de regulação e de promoção de equilíbrio de poderes e das condições da competição democrática” (NOVAIS, 2010, p. 294-295).

Os estudos indicam que no segundo mandato, os Presidentes tendem a ser reeleitos com uma base de apoio mais ampla do que no primeiro mandato (FREIRE e PINTO, 2010) e que uma vez estando “livres dos cálculos da reeleição podem mais facilmente afirmar-se como um contrapeso às políticas do governo *de facto*” (NETO e LOBO, 2009, p. 252). A perspectiva da reeleição, assim como a base de apoio com que conseguem alcançá-la sugerem que o mandato pode influenciar as condecorações atribuídas.

Por acordo estabelecido entre os partidos políticos e o os militares que conduziram o golpe de 25 de Abril que deu início à transição democrática em Portugal⁵, o primeiro PR eleito em 1976 teria que ser um militar, e o mais votado foi o General Ramalho Eanes, que cumpriu dois mandatos integrais. Nos anos seguintes, entre 1986 e 2017, todos os PR eleitos tinham sido nalgum momento líderes do Partido Socialista (PS), o principal partido de centro esquerda, fundado em 1973 ou do Partido Social Democrata (PSD), o principal partido de centro direita, fundado em 1974. Todos os PR eleitos até hoje cumpriram dois mandatos

³ Reconhecemos as limitações das conclusões de uma pesquisa que resulta da análise exclusiva de uma ordem honorífica, tendo em conta que existem outras em Portugal. Contudo, a análise de todas as ordens implicaria a utilização de recursos não disponíveis para além de que afastaria a pesquisa de um dos seus pontos mais importantes – a questão da gestão da memória do autoritarismo e a instrumentalização do passado.

⁴ Os sistemas semipresidenciais de tipo ‘*premier-presidencial*’ distinguem-se dos ‘*presidencial-parlamentar*’ na medida em que o Presidente tem poucos poderes e o governo só pode ser demitido pelo parlamento, salvo algumas exceções.

⁵ O movimento ficou conhecido como Movimento das Forças Armadas (MFA).

integrais, com exceção do atual, que terminará o primeiro mandato em março de 2021.

O General Eanes foi o primeiro PR da democracia e foi o último presidente militar, numa altura em que estes ainda detinham poder político através do chamado Conselho da Revolução (CR)⁶. Na transição democrática, Eanes ficou fundamentalmente associado aos acontecimentos de dia 25 de Novembro de 1975, quando as forças moderadas puseram fim ao período de radicalização política que se vivia desde o início daquele ano, derrotando os militares e as forças políticas que se posicionavam mais à esquerda. Contudo, Eanes é o único Presidente que não é facilmente identificável na escala esquerda-direita. Uma ilustração disso é a diversidade do apoio partidário de que beneficiou nas suas campanhas, juntando partidos que cobrem todo o espectro político (FREIRE e PINTO, 2010).

Durante os dois mandatos do General Eanes, tomaram posse 10 governos e ocorreram situações únicas na democracia portuguesa como a constituição de governos de iniciativa presidencial. O socialista Mário Soares, que sucedeu a Eanes no cargo em 1986, foi PM por duas vezes durante a sua presidência: primeiro entre 1976 e 1978 e mais tarde entre 1983 e 1985. Quando Eanes decidiu nomear o primeiro governo de iniciativa presidencial, em 1978, após ter destituído Soares, teria tido como objetivo “dar uma lição a Soares, (...) mostrar que uma equipa técnica funcionaria melhor” (in LOBO, 2000, p. 157).

A eleição do primeiro Presidente civil da democracia, em 1986, coincidiu sensivelmente com a ‘viragem maioritária’ da democracia portuguesa, que se traduz numa diminuição considerável do número de partidos, numa maior concentração de poder no executivo e em maior estabilidade governativa (MAGALHÃES, 2005). Desde aí, as eleições legislativas e presidenciais disputam-se entre o PS e o PSD.

Mário Soares foi o histórico líder e fundador do PS, republicano e antifascista. Apesar de ter iniciado o seu percurso político no PCP, abandonou o partido no final dos anos 40 do século XX e tornou-se membro da oposição republicana. Não sendo uma figura que fique acima de tudo ligada ao 25 de Novembro de 1975, como Eanes, Soares fica para a história também como o principal protagonista de uma aliança anticomunista que tinha por objetivo estabilizar a democracia e que nesse dia, conseguiu pôr fim ao período de

radicalização política. Mobilizou com frequência o seu passado político ao longo da sua carreira, tendo tido um papel importante na criação de outros instrumentos de reparação e memorialização da luta antifascista, com destaque para a Comissão de Verdade (MORAIS e RAIMUNDO, 2017) e para medidas de reparação como é o caso da pensão por ‘méritos excepcionais na defesa da liberdade e da democracia’ (RAIMUNDO, 2015). É no período em que Mário Soares é PM que a Presidência avança com a proposta da criação da OL, sendo o seu governo responsável pela inclusão dos ideias republicanos⁷, e simbolicamente aprovando o diploma no dia 4 de Outubro de 1976, um dia antes das comemorações oficiais do dia da Instauração da República.

As primeiras maiorias absolutas da democracia portuguesa coincidiram com a Presidência de Soares, sempre com Aníbal Cavaco Silva (que viria a ser eleito PRP em 2006) como PM. Entre 1985 e 1995, há uma coincidência quase total entre a Presidência de Soares e os governos do PSD liderados por Cavaco Silva, correspondendo aos primeiros anos de coabitação em Portugal⁸. Esse período ficou caracterizado por uma grande crispação entre os dois. De acordo com FREIRE e PINTO:

Provavelmente, no primeiro mandato de Soares (1986-1991) a balança do poder pendeu mais para o lado do primeiro-ministro. No segundo mandato (1991-1996), pelo contrário, com o crescente papel do PR, quer em termos de veto político e pedidos de fiscalização da constitucionalidade dos diplomas legais quer em termos de outro tipo de intervenções – presidências abertas, comunicações ao país, participação no Congresso ‘Portugal, que futuro?’ – a balança do poder no sistema político terá efetivamente ficado mais equilibrada (2010, p. 106).

Ao longo dessa relação, Cavaco Silva identificou no PR uma “preocupação forte em valorizar o seu passado antifascista”, e nos relatos que faz das reuniões entre os dois enfatiza esse aspecto: “Por mais de uma vez, em tom paternal, [Soares], invocou a sua experiência

⁶ A partir de março de 1975, os militares institucionalizaram o seu poder político através da criação do CR, que adquiriu poderes legislativos e cumpriu o papel de tribunal constitucional, até 1982.

⁷ General Ramalho Eanes, entrevista à autora, 18 de julho de 2017.

⁸ A coabitação pode ser definida como “a existência de um equilíbrio de poderes com o prolongamento de situação em que os presidentes funcionam como contrapeso às maiorias parlamentares de apoio ao Governo, por terem na sua base maioria distintas ou mesmo adversas” (FREIRE e PINTO, 2010, p. 105).

política para me dar conselhos pessoais” (VIEIRA, 2013, p. 570). Como veremos adiante, a experiência política de Mário Soares contrastava muito com a de Cavaco Silva.

Jorge Sampaio, socialista, advogado de presos políticos e líder das revoltas estudantis dos anos 60 do século XX, foi o terceiro PR. Representou uma continuidade partidária com a presidência anterior, mas com algumas diferenças substantivas quanto à história de vida, quer antes quer depois da transição democrática. Nesta segunda fase, destaca-se o facto de o seu posicionamento anticomunista não ser tão evidente como no caso de Soares, tendo tido alguma cautela na posição que assumiu face ao 25 de Novembro. Aderiu ao PS em 1978, tendo sido deputado, líder parlamentar e secretário-geral do partido.

A Presidência de Jorge Sampaio representa uma nova fase da democracia portuguesa, previamente marcada pela coabitação, agora dominada pela ‘confluência’ entre a maioria presidencial e parlamentar (FREIRE e PINTO, 2010), com exceção do período entre 2002 e 2005, governado por uma coligação de direita PSD com um partido de direita (CDS). Foi também uma Presidência marcada pela intervenção do PR na formação de três governos, em dois casos na sequência do pedido de demissão do PM (COSTA, 2009). No segundo mandato, Jorge Sampaio ficou definitivamente associado à decisão de dissolver a assembleia, levando alguns especialistas a considerar que se tratou de um uso excessivo dos poderes e a questionar a eleição direta do presidente: “Isso [eleição direta] gera inevitavelmente uma decepção pós-eleitoral, quando o Presidente eleito se confronta com a realidade, e os eleitores com essa incapacidade do PR. Ou, em alternativa, conduz o Presidente a um protagonismo invasor e a um conflito com quem tem responsabilidades governativas (CRUZ, 2017, p. 83).

Aníbal Cavaco Silva foi o primeiro Presidente de centro direita, antigo PM e líder do Partido Social Democrata (PSD). Cavaco Silva é doutorado em Economia, sem passado político anterior à democracia. É o primeiro PRP “exclusivamente apoiado por forças situadas à direita do PS”, tendo desta forma consumado a “alternância na Presidência da República” (FREIRE e PINTO, 2010, p. 107). A sua Presidência coincidiu com a primeira maioria absoluta do PS e com o início da crise financeira e do resgate financeiro de 2011. Um dos seus últimos atos políticos enquanto Presidente foi a decisão de dar posse ao governo minoritário do PS apoiado por uma maioria parlamentar constituída pela ala radical de esquerda no parlamento.

Marcelo Rebelo de Sousa foi também líder do PSD, mas destacou-se como jornalista, académico e comentador político (fundamentalmente nos últimos anos antes da sua eleição). Foi deputado à Assembleia Constituinte entre 1975 e 1976. Professor de direito, é filho de um ministro de Marcello Caetano, seu padrinho. Nesse sentido, a narrativa que precisa de construir acerca da sua relação com a memória da ditadura é marcadamente distinta da dos primeiros três Presidentes, mas também da do seu antecessor.

A Ordem da Liberdade e os Presidentes da República: opções metodológicas e dados

Este artigo analisa a forma como os PR têm utilizado a OL, recorrendo para isso a uma base de dados criada a partir das 501 condecorações atribuídas entre Setembro de 1977 e Julho de 2017. Entre essas condecorações, 458 dizem respeito a homens ou mulheres de nacionalidade portuguesa e estrangeira, sendo os restantes 43 associações coletivas a quem é atribuído um título honorífico. Entre os 458 indivíduos condecorados, optou-se por analisar apenas os 407 portugueses, de ambos os sexos. Embora a atribuição dos restantes títulos tenha também uma leitura política, optámos por não incluir esses casos na análise, por estarem à partida menos relacionados com a questão da procura ou recompensa de apoio político. A unidade de análise são as condecorações⁹.

O sítio oficial das ordens honoríficas da Presidência da República¹⁰ disponibiliza uma base de dados que contém os nomes de todos os condecorados, data da condecoração, grau atribuído, país de origem, assim como a data em que foi atribuída a condecoração¹¹. O Anuário das Ordens da Presidência da República permite confirmar, para o período 1997-2007, quais as condecorações que foram atribuídas a título póstumo e quais foram atribuídas em vida.

Os dados disponibilizados pela Presidência foram analisados juntamente com outros dados recolhidos para este trabalho. Através de uma pesquisa exaustiva e de um processo de triangulação de fontes, foi construída

⁹ Por este motivo, existem nomes duplicados, correspondendo aos casos em que a mesma pessoa foi condecorada uma segunda vez, recebendo um grau superior ao originalmente atribuído.

¹⁰ Página oficial do Grão-Mestre das Ordens Honoríficas Portuguesas. <<http://www.ordens.presidencia.pt/>>.

¹¹ Esta base de dados caracteriza-se por algumas ausências, assim como alguns erros que foram corrigidos.

uma variável que permite traçar o perfil político-ideológico dos condecorados¹². A definição deste perfil teve em conta a filiação partidária ou militância política dos condecorados à data dos atos de luta pela liberdade e pela democracia, e não a simpatia partidária à data da condecoração. Sempre que a atividade política do condecorado antes do 25 de Abril envolveu mais do que um grupo político, optou-se pelo percurso que foi predominante. Na identificação do perfil político-ideológico dos condecorados, foram inicialmente distinguidas dez categorias: a ala liberal (os deputados da semioposição), os anarco-sindicalistas, os católicos (progressistas), os comunistas (militantes históricos e dissidentes), a esquerda-radical (várias tendências de extrema-esquerda), as feministas, os militares de abril (incluindo ‘abril’ e ‘novembro’), os monárquicos (ou oposição democrática monárquica), os republicanos (‘revirahistas’ e da oposição ao Estado Novo), e os socialistas (que mais tarde fundaram ou aderiram ao PS). Para além destes, a categoria ‘outros’ inclui indivíduos que foram condecorados por feitos cometidos durante o regime, mas que não se encaixam em nenhum dos perfis anteriores, nomeadamente diplomatas que emitiram vistos a judeus ou ajudaram exilados de outros países. Finalmente, criou-se a categoria ‘sem atividade pré 25-A’ destinada a todos os indivíduos para os quais foi possível confirmar a inexistência de quaisquer vínculos com grupos políticos de oposição à ditadura¹³. Tendo em conta a distribuição dos indivíduos pelas categorias e a necessidade de tornar a variável mais parcimoniosa, a categoria ‘outros’ passou a agregar também os católicos, as feministas e os monárquicos. Para além disso, os ‘anarco-sindicalistas’ foram integrados na categoria ‘esquerda-radical’. Optou-se por manter a categoria ‘Ala Liberal’, apesar de o N ser pequeno, visto ser a única que está claramente associada à direita, nomeadamente ao PSD. Assim, as categorias utilizadas na análise são aquelas cujo N original é superior a 5 indivíduos (com uma exceção) e incluem, por ordem cronológica: republicanos, comunistas, esquerda radical, socialistas, ala liberal, e militares de abril.

Foram também criadas algumas variáveis dicitômicas: a variável ‘semipresidencialismo’ distingue

entre os períodos de ‘coabitação’ (coexistência de maiorias de cor política distinta) ou de ‘confluência’ (identidade política entre as duas maiorias); a variável ‘revisão1982’ distingue o período antes e depois da revisão constitucional de 1982; a variável ‘mandato’ distingue entre o primeiro e o segundo mandatos presidenciais; e a variável ‘ideologia’ classifica os Presidentes como sendo de esquerda (PS) ou direita (PSD). A Presidência de Ramalho Eanes foi excluída das variáveis ‘semipresidencialismo’ e ‘ideologia’, por razões explicadas acima, mas é a única para a qual foi usada a variável ‘revisão1982’.

Todas as variáveis utilizadas na análise são variáveis nominais, o que colocou algumas limitações metodológicas. Para averiguar da existência de relação entre as variáveis foram utilizadas tabelas cruzadas. Por tratar-se do universo dos casos, não efetuamos testes estatísticos.

A Ordem da Liberdade: entre o simbolismo e a recompensa

O preâmbulo do decreto lei que em 1976 instituiu a OL remete para um ato de grande simbolismo, na medida em que enaltece os “acontecimentos como a implantação da I República¹⁴ e a luta que tornou possível a II, culminada esta no movimento revolucionário de 25 de Abril de 1974”. O legislador considerou que em ambos os momentos se “agigantaram paradigmas de patriotismo (...) de coragem, de doação às causas justas, enfim, de perfeição humana, que por isso devem ser exaltados” e que esses atos terão permitido o “triunfo definitivo dos ideais republicanos e democráticos, da liberdade e da justiça social na terra portuguesa”, de onde terá resultado uma “dívida do povo português para com os exemplares cidadãos que por esses valores lutaram e morreram”.

Estes ideais não são, contudo, partilhados por toda a sociedade portuguesa, quer no que diz respeito aos valores republicanos, quer no que diz respeito ao carácter ‘revolucionário’ do 25 de Abril. Os atos que a OL pretende homenagear enaltecem os ideais representados fundamentalmente pelo centro esquerda e alguns setores do centro direita portugueses. Nesse sentido, se o PS, o principal partido de (centro) esquerda se revê no simbolismo da OL, o mesmo não se poderá dizer do PSD, o principal partido de (centro) direita. Aliás, uma pesquisa sobre a legislação que enquadra a OL revela que 10 anos após a entrada em vigor do

¹² Esta variável foi construída através de um processo de triangulação que teve como principal fonte as biografias produzidas e organizadas pela Helena Pato e outros autores e disponibilizadas no blog “Antifascistas da Resistência”. Os dados recolhidos foram posteriormente cruzados e complementados com outras fontes <<http://antifascistasdareistencia.blogspot.pt/>>.

¹³ Nesta variável temos 16 casos omissos.

¹⁴ A I República foi instituída no dia 5 de outubro de 1910.

decreto-lei fundador, foi aprovado um diploma que alterou subtilmente o significado consagrado inicialmente pelo legislador¹⁵. O decreto-lei publicado em 1986 afirma que “a OL destina-se a distinguir serviços relevantes prestados em defesa dos valores da civilização, em prol da dignificação do homem e à causa da liberdade”. De forma discreta, e utilizando algumas das palavras já incluídas no decreto-lei fundador, o governo de centro direita marginalizou as referências aos ideais republicanos e da luta pela democracia que constavam do diploma originalmente aprovado pelo governo de centro esquerda e colocou em evidência referências cristãs à civilização e à dignidade do homem. Esta subtil alteração sugere uma intenção de conferir à OL um significado novo por parte de forças políticas que se encontram no lado oposto do espectro político ao do governo que a aprovou. Mais importante do que isso, a alteração foi aprovada pelo governo chefiado por Aníbal Cavaco Silva, 20 anos antes de ter assumido a presidência.

Esta alteração fazia supor que os PR de centro direita teriam interesse em utilizar a OL para condecorar indivíduos mais próximos de si. Contudo, a expectativa criada pela alteração do decreto lei não é confirmada, como se pode observar através da **Figura 1**. Apesar de fazer supor uma intenção de alargar o leque de condecorados a indivíduos com um perfil mais humanista e cristão, os dados mostram antes uma diminuição drástica do número de condecorados

por parte dos PR de centro direita comparativamente com os seus antecessores¹⁶: enquanto que Jorge Sampaio, António Ramalho Eanes e Mário Soares atribuíram mais de 130 condecorações cada um, Aníbal Cavaco Silva atribuiu menos de 40. Esta diferença sobrepõe-se amplamente à clivagem esquerda-direita: Mário Soares e Jorge Sampaio foram presidentes apoiados pelo centro esquerda, Aníbal Cavaco Silva foi apoiado pela direita. A exceção é o General António Ramalho Eanes, que no entanto, nesta matéria, se aproximou mais dos presidentes de esquerda. Neste sentido, se a OL tem sido utilizada para recompensar apoio político, terá sido fundamentalmente por parte dos três primeiros presidentes.

Como mostra a **Figura 2**, a análise do perfil ideológico dos condecorados mantém em aberto a hipótese de que os PR de centro esquerda possam usar a OL como forma de recompensa, já que o perfil maioritário se enquadra nos ideais defendidos pelo PS e só uma percentagem diminuta não terá tido qualquer passado de atividade política anterior ao 25 de abril. Mais do que isso, há a predominância clara de ‘Socialistas’, que constituem perto de 30 por cento do total de portugueses homenageados ao longo dos últimos 40 anos, 31 por cento dos quais foram fundadores do Partido Socialista. Apesar de o PS ter sido fundado apenas em 1973, nesta categoria encontram-se todos aqueles que partilham este antepassado de oposição e de ligação aos grupos socialistas. São

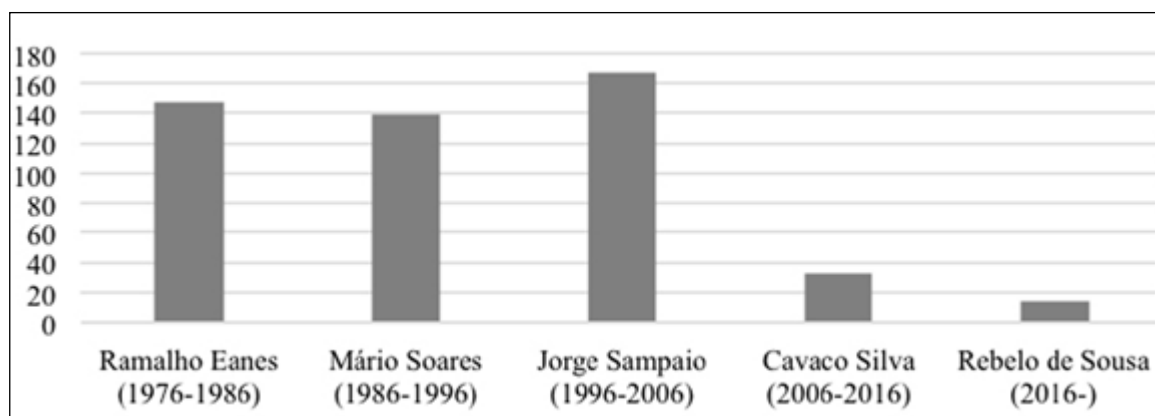


Figura 1. Distribuição das condecorações por Presidente

¹⁵ Em 1985, durante o IX governo constitucional foi aprovado o primeiro decreto-lei que visava rever a orgânica das Ordens. Contudo, ele foi revogado pelo decreto de 1986 por nunca ter sido regulamentado. Ainda que de forma sintética, aquele decreto-lei afirmava que “a OL destina-se a galardoar serviços relevantes prestados à causa da democracia e da liberdade”, mantendo desta

forma, ainda que em traços gerais, o significado inicialmente atribuído.

¹⁶ Apesar de ter sido integrado no gráfico, não é possível retirar conclusões acerca do atual presidente, Marcelo Rebelo de Sousa, tendo em conta que os dados dizem respeito apenas a 16 meses de mandato.

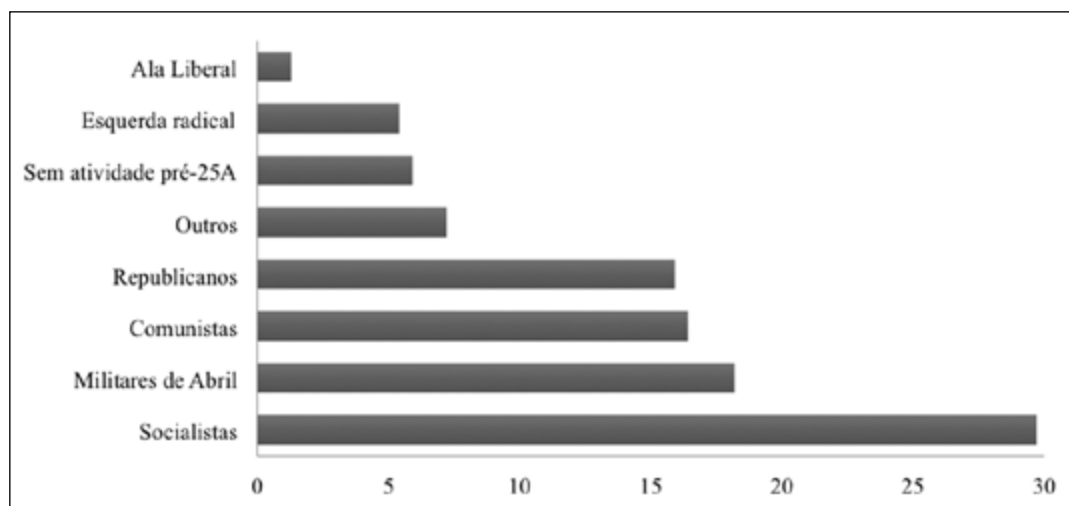


Figura 2. Distribuição dos perfis político-ideológicos dos condecorados nacionais (percentagens)

também exilados e membros dos movimentos de oposição à guerra colonial e da esquerda socialista dos anos 60, cujas memórias vêm sendo reabilitadas. Nesta categoria, estão também representantes dos movimentos estudantis que se iniciaram no final dos anos 40, assim como alguns protagonistas das crises estudantis de 1962 e de 1969, onde Jorge Sampaio se destacou. A sua cerimônia mais marcante como grão-mestre da OL foi precisamente a que se realizou a 10 de Junho de 1998, quando Sampaio condecorou o chamado “grupo de 1962”. Contudo, interessa mencionar que este tipo de homenagens não reflete as posições políticas que os condecorados assumiam à época, mas deixa uma mensagem clara sobre o que se consideram ser as origens da democracia portuguesa.

As conclusões sobre a segunda principal categoria são menos claras. Apesar de a categoria ‘Militares de abril’ não ser particularmente dominante entre os seus condecorados, Eanes foi responsável por 2/3 dos militares condecorados até hoje, verificando-se um aumento exponencial após a dissolução do Conselho da Revolução (CR)¹⁷, em Outubro de 1982. Estaria Eanes a preparar a ‘guarda pretoriana’ com que se preparou para continuar a luta política depois de terminar o seu mandato? Se for o caso, isso sugere mais uma lógica de angariação de apoio político mais do que recompensa. Já Mário Soares praticamente não condecorou nenhum militar. Entre 71 militares de abril que foram condecorados até julho de 2017, apenas cinco foram condecorados por Soares, sendo que nenhum pertencia ao CR. Poder-se-ia dizer que o seu antecessor esgotou

esta categoria, mas a verdade é que Sampaio, tal como Eanes, também condecorou vários militares de abril, fundamentalmente no último ano do seu segundo mandato. Para além disso, de uma lista de 83 nomes de militares que terão estado envolvidos desde o início da conspiração, a 29 de junho de 1973, até ao dia do golpe, a 25 de abril de 1974, só 38 foram condecorados até hoje, sugerindo que qualquer PR poderia replicar aquele gesto de reconhecimento iniciado por Eanes¹⁸.

Nenhum dos Presidentes, à esquerda ou à direita, representa a herança comunista, mas o estatuto do PCP como principal alvo da repressão durante o Estado Novo é inquestionável pelo que não surpreende que esse seja o terceiro perfil mais condecorado. Os comunistas são os detentores da memória da oposição desde os 30 do século XX, mesmo que esta tenha sido protagonizada tanto por comunistas como por anarquistas. Contudo, a repressão exercida pelo regime levou à extinção do movimento anarco-sindicalista permitindo ao PCP transformar-se na principal força da oposição (PATRIARCA, 1993). A memória da colónia penal do Tarrafal, por exemplo, para onde foram enviados republicanos, anarco-sindicalistas e comunistas, e onde morreram um décimo dos presos que por lá passaram (34 em 340¹⁹), ‘pertenceu’ durante anos ao PCP. Só recentemente, outros movimentos

¹⁷ Ver nota 8#.

¹⁸ Lista disponibilizada pelo Centro de Documentação 25 de Abril em 2007 (disponível em: <<http://www.cd25a.uc.pt/index.php?r=site/page&view=itempage&p=765>>, consultado em: 02 jul. 2017).

¹⁹ EXPRESSO, Tarrafal: Verdades e Mentiras do campo de trabalhos de Chão Bom, 18/08/2010, Consultado em: 26 jun. 2017.

de esquerda têm tentado disputar essa memória, nomeadamente o Movimento Cívico ‘Não Apaguem a Memória’, composto por opositores das alas socialistas, ex-comunistas e esquerda-radical.

Não é espetável que qualquer um dos PR procure homenagear militantes comunistas como forma de alcançar ou recompensar apoio político. A exceção poderia ser Mário Soares, que na sua primeira eleição, contra aquilo que seria a tendência natural do partido, conseguiu o apoio do PCP na segunda ronda. No entanto, Mário Soares não condecorou mais comunistas do que o seu antecessor, nem o fez com maior incidência no primeiro mandato. Os Comunistas homenageados incluem alguns militantes históricos mas acima de tudo setores reformistas, tendo sido condecorados por todos os PR, com exceção do atual. Entre os agraciados, há alguns dirigentes históricos, mas desconhece-se o número de indivíduos a quem os PR terão oferecido a condecoração e que possam ter rejeitado. Isso deve-se ao facto de o histórico secretário geral, falecido em 2005, ter rejeitado a condecoração, o que terá condicionado condecorações futuras entre destacados membros do PCP. Como explicou um ex-dirigente comunista à autora:

Ao falar-se, durante a presidência de Mário Soares, da atribuição da Medalha da Liberdade a Álvaro Cunhal, este fez saber que não a aceitaria por discordar dos critérios adoptados e da sua atribuição a algumas pessoas em concreto. Embora não tivesse dito quais, lembro-me que na altura percebeu-se de quem se tratava. Não houve nenhuma decisão do partido, mas a anunciada recusa de Cunhal criou uma inibição entre os quadros dirigentes do PCP em relação à aceitação da Medalha. A nível institucional ficou também a ideia que os dirigentes do PCP não a aceitavam. Mesmo o Presidente Jorge Sampaio que quis atribuir a Medalha a vários membros do PCP, em 2004, indagou primeiro qual seria a posição dos indigitados²⁰.

Os republicanos surgem como a quarta categoria mais homenageada. A referência aos ideais republicanos foi incluída na OL como sugestão do governo liderado por Mário Soares, que se afirmava também como herdeiro da tradição republicana, uma tradição pouco celebrada na democracia portuguesa e crescentemente questionada pela historiografia (RAMOS, 2009, p. 575-589). Trata-se em parte de uma memória

histórica pouco preservada dado que “no final de sete longos anos de luta, a oposição republicana sentia-se completamente vencida” (FARINHA, 2007, p. 184). A oposição republicana ao Estado Novo não está tão conotada, mas os dados mostram que de todos os republicanos agraciados até julho de 2017, apenas um recebeu a condecoração de Cavaco Silva, tendo todos os restantes sido condecorados pelos seus antecessores.

A categoria ‘outros’ inclui perfis ideológicos heterogêneos e que em muitos casos não são facilmente conotáveis com a esquerda ou a direita ou mesmo com o PS ou o PSD, como é o caso dos católicos progressistas ou dos oposicionistas monárquicos. No entanto, os dados mostram que nenhum dos condecorados nesta categoria recebeu a homenagem de Aníbal Cavaco Silva ou Marcelo Rebelo de Sousa. Jorge Sampaio foi não só o que mais personalidades condecorou com a OL até 2017, mas também aquele que mais alargou o leque de homenageados, sendo que metade dos Católicos receberam a condecoração das suas mãos. Os pouquíssimos representantes da oposição democrática monárquica, por seu lado, receberam a condecoração fundamentalmente das mãos de Mário Soares.

Tanto a categoria ‘sem atividades pré-25^A’ como a categoria ‘Ala Liberal’ sustentam a ideia de que os PR de direita não procuraram instrumentalizar a OL para angariar ou recompensar apoio político. Na realidade, as estatísticas sobre os homenageados por Cavaco Silva, para além de serem em muito menor número, sugerem uma tentativa de banalização daquela condecoração e de esvaziamento do significado político que lhe foi conferido pelos PR anteriores. É durante a Presidência de Cavaco Silva que aumenta exponencialmente o número de condecorados sem atividade política anterior ao 25 de Abril, tendência que de momento se mantém nos primeiros meses da Presidência de Marcelo Rebelo de Sousa. Por outro lado, dos cinco ex-deputados da Ala Liberal condecorados, há praticamente um condecorado por cada Presidente, sendo que dois foram Primeiros-Ministros e foram homenageados também nessa condição. A Ala Liberal foi um grupo de deputados que formaram a semioposição no parlamento a partir de 1968, quando Marcello Caetano sucede a Salazar (FERNANDES, 2006). Foram 19 os deputados da semioposição, que em muitos casos estiveram na origem do PSD. Embora este período tenha sido designado como ‘Primavera Marcelista’, do lado da oposição a repressão continuou a ser exercida como no passado. Também aqui se constata que Eanes, tendo sido um Presidente de centro, se aproximou mais de

²⁰ Carlos Brito, declarações à autora, 17 de maio de 2017.

esquerda do que da direita. Quando em 1981, o PM do PSD, ele próprio um ex-membro da Ala Liberal, sugere a Eanes que este condecure os históricos da semioposição, este se recusa a fazê-lo, levando a AD a não comparecer na cerimónia do 25 de Abril em que Eanes atribui as condecorações²¹.

Da mesma forma que o gráfico anterior não é conclusivo quanto à questão da recompensa por apoio político, não confirmando nem afastando essa hipótese, mas mantendo-a fundamentalmente em aberto relativamente aos PR que antecederam Cavaco Silva, também os dados relativos à atividade profissional sustentam estas conclusões. O perfil profissional dos condecorados aponta para aquilo que poderíamos designar de uma ‘aristocracia democrática’²². Como mostra a **Figura 3**, com exceção do primeiro, todos os PR atribuíram entre 50 a 73% desta condecoração a profissionais liberais. No total, 50% de todos os agraciados com a OL desde 1977 são ou foram profissionais liberais: arquitetos, professores, médicos, engenheiros, advogados e jornalistas. Operários, sindicalistas e outros profissionais não qualificados representam menos de 10 por cento do total dos agraciados, estando mesmo ausentes da lista dos condecorados pelos dois últimos presidentes²³. Estes dados contrastam com os dados produzidos pela Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista –

uma Comissão de Verdade que existiu durante os anos 70 e 80 do século XX (MORAIS e RAIMUNDO, 2017) – que mostram que entre os presos políticos do Estado Novo entre 1932 e 1960, 35% eram trabalhadores, 14% eram operários e 10% eram empregados de serviço. A discrepância entre o perfil dos presos políticos e o perfil dos condecorados com a OL é tanto mais significativa se tivermos em consideração que o legislador traçou uma linha entre a OL e as restantes ordens honoríficas portuguesas, por considerar que estas estariam “voltadas para uma certa interpretação do heroísmo” acabando por desfocar “esse outro heroísmo feito, não de grandes rasgos, mas de luta persistente, por vezes anónima, em defesa dos valores cívicos que a marcha da civilização trouxe ao primeiro plano de dignificação e exaltação dos homens”.

Se a atividade profissional dos condecorados pode estar associada a um determinado uso político da OL, o mesmo se poderá dizer relativamente à questão de saber se a condecoração é atribuída em vida ou postumamente. Assumimos que as condecorações a título póstumo trazem menos benefícios políticos ao PR do que as condecorações atribuídas em vida e seguramente não poderão ser interpretadas como forma de angariação ou pagamento de apoio político. Quanto menor for a percentagem de condecorações a título póstumo, maior poderá ser o potencial de

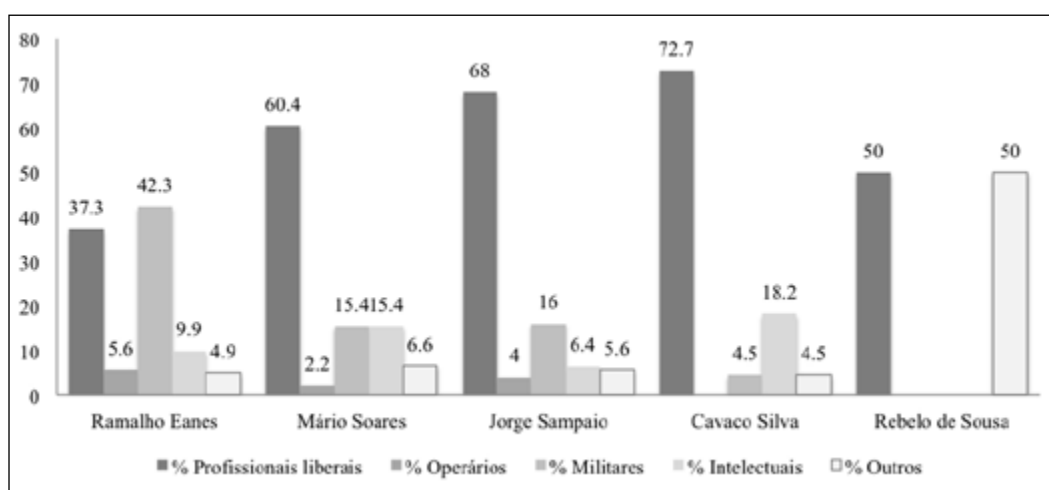


Figura 3. Distribuição da atividade profissional dos condecorados por presidente (porcentagens)²⁴

²¹ <http://www.forumcidadania.org/politica/partidos_files/historia_ps/cronologia-03.html>

²² A autora agradece a Carlos Gaspar a inspiração para esta ideia.

²³ Os restantes dizem respeito a casos para os quais não possuímos dados (n=23).

²⁴ As categorias foram criadas a partir das informações fornecidas no

sítio oficial das ordens da Presidência da República. Nos casos em que essa informação não está disponível, a classificação foi feita com recursos a pesquisas biográficas. O mesmo foi feito para os indivíduos identificados como ‘dr.’ no sítio das Ordens. Foram excluídos os 4,6% de casos para os quais não foi possível recolher informação.

instrumentalização. O que a **Figura 4** sugere é que não existe um padrão claro. Mário Soares foi o PR que atribuiu uma percentagem maior de condecorações póstumas, 40% do total de agraciados durante as suas presidências. Essa percentagem contrasta significativamente com a dos seus sucessores. Por outro lado, Eanes foi o único presidente que tomou posse antes da revisão constitucional de 1982, que limitou consideravelmente os poderes dos presidentes, mas foi também o presidente mais jovem, e aquele que abandonou a presidência com um projeto político mais claramente definido. Quando se analisa o antes e o depois da revisão de 1982, verifica-se uma diferença acentuada: as condecorações póstumas de Eanes passam de 42% na primeira presidência para 20,5% depois da revisão constitucional. Em entrevista à autora, o Presidente Eanes revelou a sua preferência por condecorações póstumas afirmando: “quando a condecoração é atribuída a um homem que faleceu, o juízo é definitivo, ele não poderá ter atitudes que contradigam aquilo que foi a sua ação em vida”²⁵. Contudo, o que os dados parecem sugerir é que perante a perda de poderes presidenciais, Eanes terá cedido a condecorar em vida aqueles que considerava serem merecedores de tal reconhecimento. Ainda assim, considerados no seu todo, estes dados não revelam nenhum padrão claro relativamente ao comportamento dos PR. Para além disso, entre as 61 condecorações póstumas atribuídas entre 1986 e 2017, 83,6% foram atribuídas em períodos de coabitação, o que parece ser contraintuitivo. Ainda assim, é importante salientar que uma parte significativa destas condecorações póstumas foi atribuída pelo Presidente Mário Soares, o único Presidente que passou a quase totalidade dos dois mandatos em coabitação, não tendo tido oportunidade de atribuir condecorações durante governos da sua cor política, como veremos adiante.

Uma outra forma de verificar em que medida é que estas condecorações poderão ser atribuídas como forma de adquirir ou ‘pagar’ apoios políticos será através da análise da diferença entre o primeiro e o segundo mandatos, já que todos os PR completaram dois mandatos integrais, com exceção do atual. Como mostra a **Figura 5**, em quase todas as Presidências houve um aumento acentuado do número de condecorados no segundo mandato, com exceção do Presidente Soares, cuja distribuição é semelhante entre os dois mandatos. Isto sugere que, do ponto de vista meramente quantitativo, os PR não procuram utilizar a OL durante

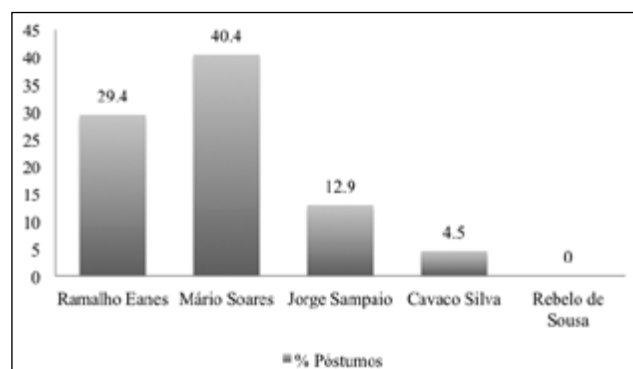


Figura 4. Percentagem de condecorações póstumas, por presidente

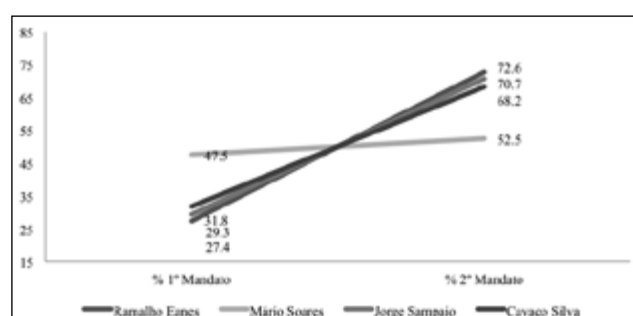


Figura 5. Distribuição dos condecorados entre o 1º e 2º mandatos, por Presidente (percentagens)

os cinco primeiros anos como forma de angariar apoios para a sua reeleição, mas poderão encará-la como forma de recompensa ou agradecimento durante o segundo mandato. Este padrão pode também indiciar alguma tendência para, uma vez “livres dos cálculos da reeleição” os PR se afirmarem “como um contrapeso às políticas do governo *de facto*” (NETO e LOBO, 2009, p. 252), neste caso através da condecoração de personalidades não alinhadas com o partido do governo.

A título de exemplo, o ano em que foi atribuído um maior número de condecorações foi o ano de 2004 em que era presidente Jorge Sampaio, em coabitação com um governo liderado pela coligação PSD/CDS. Este foi um ano que ficou particularmente marcado pelas comemorações oficiais do 25 de Abril sob o lema ‘Abril é (R)Evolução’, que gerou forte crítica por parte dos partidos de esquerda. Neste contexto, Sampaio condecorou, entre outras personalidades, uma representante da antiga oposição à ditadura que mais tarde esteve envolvida e foi inclusivamente presa por envolvimento em ações bombistas já durante a democracia, algo que desagradou particularmente aos partidos de governo.

A análise da distribuição dos condecorados entre o primeiro e o segundo mandato não distingue entre

²⁵ Entrevista à autora, 18 de julho de 2017, Lisboa.

períodos de coabitação e confluência, algo que a literatura sobre regimes semipresidenciais destaca como tendo um impacto sobre o comportamento dos presidentes. Por outras palavras, a forma como os PR exercem os seus poderes difere consoante estes têm de conviver com um governo, também democraticamente eleito, da sua cor política (confluência) ou de cor política diferente (coabitação)²⁶ (LOBO, 2005; FREIRE e PINTO, 2010). No caso português, esta questão é relevante a partir da Presidência de Mário Soares, já que António Ramalho Eanes não é facilmente identificável na escala esquerda-direita. Para analisar em que medida é que existe um padrão associado ao contexto em que a OL é atribuída, é importante ter em conta que Mário Soares passou 96,5% dos seus mandatos em coabitação, que Sampaio passou 71% dos seus mandatos em confluência e que Cavaco Silva passou quase tanto tempo em coabitação como em confluência, 56% e 44%, respetivamente. Rebelo de Sousa tem estado em coabitação desde que tomou posse. A **Figura 6** mostra que a distribuição das condecorações entre períodos de coabitação e confluência é em grande medida proporcional à distribuição destes períodos pelas respetivas presidências, mas no caso de Jorge Sampaio e Cavaco Silva a percentagem de condecorados em períodos de coabitação é superior ao tempo de coabitação, o que sugere uma ligeira tendência para utilizar a OL como forma de ‘contrapeso’.

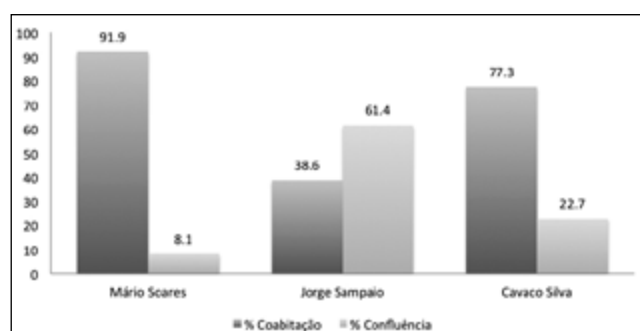


Figura 6. Distribuição dos condecorados entre períodos de coabitação e confluência, Segundo o Presidente

Conclusão

Em Portugal, existe uma Ordem honorífica com características distintas da maioria das ordens honoríficas que existem em democracias ocidentais,

uma vez que foi criada pelo próprio regime para homenagear quase exclusivamente quem contribuiu para o seu surgimento²⁷. A democracia portuguesa não foi a única a criar uma Ordem de regime, mas no geral os objetivos das Ordens criadas pelos regimes democráticos são mais amplos.

Os dados relativos às 407 condecorações atribuídas até hoje a homens e mulheres portugueses mostram uma diferença acentuada entre o número de condecorados por presidentes de esquerda e de direita. Contudo, ao contrário de pretenderem homenagear uma elite política mais ideologicamente próxima de si, através da qual pudesse angariar o recompensar apoio político, os presidentes de direita parecem preferir distanciar-se do significado original da OL e transformá-la num mecanismo de homenagem aos princípios humanistas.

A análise do perfil político ideológico dos condecorados releva o intuito de eternizar uma certa ‘aristocracia democrática’ através de um uso elitista da OL. Por outro lado, a análise das diferenças entre os primeiros e os segundos mandatos, entre períodos de coabitação e confluência não revelam nenhum padrão claro, deixando em aberto a questão da recompensa, fundamentalmente entre os três primeiros PR.

Assim, o simbolismo da OL parece ser mais importante do que os seus usos políticos, pois não há muita evidência de alguma instrumentalização nesse sentido.

Referências

- COSTA, Fernando Marques da. *Toboldly go where no man has ever gone before*. As decisões do Presidente Sampaio de Julho e Dezembro de 2004. In: CABRAL, Manuel Villaverde et al. (Coord.). *Portugal, uma democracia em construção*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.
- CRUZ, Manuel Braga. *O sistema político português*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2017.
- FERNANDES, Tiago. *Nem ditadura, nem revolução: a ala liberal e o Marcelismo*. Lisboa: Dom Quixote, 2006.
- FREIRE, André; PINTO, António Costa. *O poder presidencial em Portugal*. Os dilemas do poder dos presidentes da República Portuguesa. Lisboa: Dom Quixote, 2010.

²⁷ A África do Sul tem uma ordem semelhante à Ordem da Liberdade denominada Ordem de Luthuli, criada em 2003 para homenagear os Sul Africanos que se tenham destacado pelo seu contributo pela liberdade, direitos humanos, construção da nação, justiça e paz e resolução de conflitos. Até à data, foram atribuídas 111 condecorações (disponível em: <<http://www.thepresidency.gov.za/national-orders/order-luthuli-07.9.2017>>) e desconhece-se a existência de qualquer estudo sobre os condecorados.

²⁶ Ver nota 9#.

- FOURIE, Deon. South Africa: the Order of Good Hope. *Diplomacy and Statecraft*, v. 18, p. 445-466, 2007. <https://doi.org/10.1080/09592290701322630>
- IHL, Oliver. The Market of Honors: On the Bicentenary of the Legion of Honor. *French Politics, Culture & Society*, v. 24, n. 1, p. 8-26, Spring 2006.
- IHL, Olivier. Emulation through decoration: a science of government? In: HAZAREESINGH, S. (Org.). *The Jacobin Legacy in Modern France*. Oxford: Oxford University Press. 2002.
- LOBO, M. C. Governos partidários numa democracia recente: Portugal, 1976-1995. *Análise Social*, v. XXXV, n. 154-155, 2000.
- LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Processo orçamentário e comportamento legislativo: emendas individuais, apoio ao executivo e programas de governo. *Dados*, v. 48, n. 4, p. 737-776, 2005. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582005000400002>
- LOFF, Manuel. Estado, democracia e memória: políticas públicas da memória da ditadura portuguesa (1974-2014). In: LOFF, Manuel; PIEDADE, F.; SOUTELO, L. C. (Coord.). *Ditaduras e revolução*. Democracia e política da memória, Lisboa: Almedina, 2015.
- MAGALHÃES, Pedro. Eleições, partidos e instituições políticas no Portugal contemporâneo. In: PINTO, António Costa (Org.). *Portugal contemporâneo*. Lisboa: D. Quixote, 2005. p. 173-192.
- MORAIS, Joana Rebelo de; RAIMUNDO, Filipa. Em nome da 'verdade histórica'. A Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, uma Comissão de Verdade na Democratização Portuguesa (1977-1991). In: ARAÚJO, Maria Paula; PINTO, António Costa (Org.). *Democratização, memória e justiça de transição nos países lusófonos*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade de Pernambuco, 2017.
- NETO, Octavio; LOBO, Marina Costa. Portugal's semi-presidentialism (re)considered: An assessment of the president's role in the policy process, 1976-2006. *European Journal of Political Research*, v. 48, p. 234-255, 2009. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.2008.00833.x>
- NOVAIS, Jorge Reis. *O sistema semipresidencial português – o semipresidencialismo*. Coimbra: Almedina, 2010. Vol. 2.
- PATRIARCA, Maria de Fátima. O “18 de Janeiro”: uma proposta de releitura. *Análise Social*, v. XXVIII, n. 123-124, p. 1137-1152, 1993.
- PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Comportamento estratégico em presidencialismo de coalização: as relações entre executivo e legislativo na elaboração do orçamento brasileiro. *Dados*, v. 45, n. 2, p. 265-301, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582002000200004>
- PINTO, António Costa; RAIMUNDO, Filipa. Violence, Repression and Terror in Mass Dictatorships: A View from the European Margins. CORNER, P.; LIM, Jie-Hyun (Org.). *The Palgrave Handbook of Mass Dictatorship*. London: Palgrave Macmillan, 2016. p. 105-118.
- RAIMUNDO, Filipa. A justiça de transição e a memória do autoritarismo em Portugal. *Revista Contemporânea – dossiê redemocratizações e transições política no mundo contemporâneo*, v. 5, n. 7, p. 1-31, 2015.
- RAMOS, Rui. *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009.
- VIEIRA, Joaquim Mário Soares. *Uma vida*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2013.
- WALSH, J. *Three articles on the politics of the Medal of Honor*. PhD Dissertation, Department of Political Science, University of Alabama, 2014.

Recebido: 01 de maio de 2017
Aprovado: 07 de agosto de 2017

Autor/Author:

FILIPA RAIMUNDO filipa.raimundo@ics.ul.pt

- Doutora em Ciências Políticas e Sociais pelo Instituto Universitário Europeu de Florença. Atualmente é investigadora no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e professora auxiliar convidada no Departamento de Ciência Política do ISCTE-IUL. Tem publicado nas revistas *Democratization*, *South European Society and Politics*, *Análise Social*, entre outras e nas editoras Palgrave/Macmillan, Routledge e Civilização Brasileira. Os seus interesses de pesquisa são a justiça de transição, transições democráticas e decisão política.
- Obtained her PhD in Political and Social Sciences at the European University Institute, in Florence. She is currently a research fellow at the Institute of Social Sciences, University of Lisbon, and guest assistant professor at the Department of Political Sciences at ISCTE-Lisbon University Institute. Her work has been published by *Democratization*, *South European Society and Politics*, *Análise Social*, and in edited volumes by Palgrave/Macmillan, Routledge and Civilização Brasileira, among others. Her research interests include transitional justice, democratization, and political decision-making.